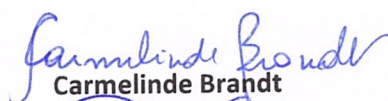


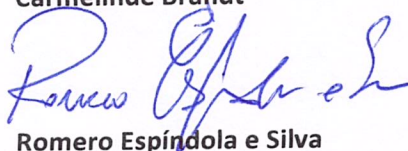
ATA ORDINÁRIA Nº 05/2025 DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

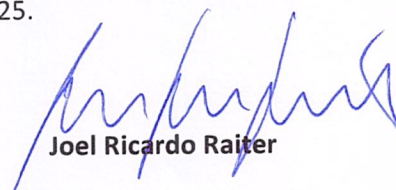
Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, as dez horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do TIMBOPREV: Carmelinde Brandt, Joel Ricardo Raiter, Greyce Nardelli Severino e Romero Espíndola e Silva, para acompanhar a carteira de investimentos do Instituto em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos e analisar a alocação dos recursos por cada segmento de mercado e os pareceres e avaliações do cenário macroeconômico proposta pela consultoria de investimento – SMI Consultoria. A Sra. Carmelinde deu abertura da reunião cumprimentando a todos os presentes e foram realizadas as seguintes deliberações. **1) Atas do mês de abril** – A Sra. Carmelinde registrou que a Sra. Greyce lembraria os encaminhamentos definidos nas últimas reuniões. Informou, ainda, que as atas correspondentes serão finalizadas e encaminhadas posteriormente para coleta das assinaturas dos membros. **2) Carteira de Investimentos e Demonstrativos** – A Sra. Carmelinde apresentou o relatório de gestão referente ao mês de abril de 2025. Informou que o patrimônio líquido do Instituto fechou o período em R\$ 175.350.625,45. Foi realizada a aquisição de mais R\$ 3 milhões em títulos públicos com vencimento em 2028. A distribuição da carteira, ao final do mês, ficou da seguinte forma: 65,34% em títulos públicos, 27,16% em fundos de renda fixa, 4,52% em Letras Financeiras, 2,55% em renda variável e 0,42% em fundos de participação (Brasil Florestal). A Sra. Carmelinde destacou ainda que, durante o mês de abril, foi efetuado o resgate das posições em BDRs, com realocação dos recursos em aplicações indexadas ao CDI. As alocações foram direcionadas conforme a instituição financeira: o valor que estava na Caixa foi alocado no fundo Matriz, enquanto o montante do Banco do Brasil foi alocado no fundo Perfil. Quanto ao desempenho da carteira, o retorno no mês de abril foi de R\$ 2.124.799,77, totalizando R\$ 7.580.323,25 no acumulado do ano. A rentabilidade da carteira no mês foi de 1,24%, superando a meta atuarial de 0,83%. No acumulado do ano, a carteira apresentou retorno de 4,30%, frente à meta de 4,13%. No que se refere ao enquadramento da carteira, todos os fundos permanecem devidamente enquadrados conforme as diretrizes da política de investimentos. O Sr. Joel complementou as informações mencionando que o IPCA-15, divulgado no dia anterior, apresentou resultado abaixo do previsto, vindo em 0,36% frente à expectativa de 0,50%. Ressaltou que esse cenário de inflação mais baixa tende a contribuir para o cumprimento da meta atuarial, destacando o expressivo desempenho da carteira no mês. Em continuidade, a Sra. Carmelinde apresentou os dados do demonstrativo financeiro do mês de abril. Informou que, desconsiderando a alíquota suplementar, o superávit foi de R\$ 817.000,00. Considerando a alíquota suplementar, o superávit foi de R\$ 2.145.000,00. Após o desconto da taxa de administração, o superávit da conta previdenciária totalizou R\$ 1.977.000,00. Somando-se os rendimentos obtidos, a conta previdenciária obteve um superávit de R\$ 4.282.000,00 no mês de abril. No acumulado do ano, o superávit registrado já alcança aproximadamente R\$ 13 milhões. **3) Compensação Previdenciária** – O Sr. Romero questionou se já havia previsão de repasses referentes à compensação previdenciária (COMPREV) para os próximos meses. A Sra. Greyce esclareceu que o valor referente ao mês de abril será creditado em junho, considerando o intervalo de dois meses adotado pelo sistema. Informou, ainda, que a folha de maio já está encerrada e deverá ser creditada em julho. Romero destacou que os recursos provenientes do COMPREV representam uma entrada previsível, e que poderiam ser considerados antecipadamente como parte da estratégia de investimentos, tendo em vista que raramente ocorrem falhas no pagamento dos valores previstos. Greyce confirmou essa previsibilidade, mencionando que houve apenas um caso isolado de não pagamento, referente a um valor baixo (aproximadamente R\$ 600,00), devido a erro de um município. Ressaltou que, com o acesso ao sistema do COMPREV, é possível acompanhar os pagamentos, que devem ocorrer até o sétimo dia de cada mês. Informou que, para junho, está previsto o recebimento de aproximadamente R\$ 500.000,00. O Sr. Joel questionou sobre o relatório, se referia-se a existência de 165 requerimentos ativos e quatro valores a serem pagos pelo Instituto. A Sra. Greyce confirmou a informação e explicou que, no demonstrativo, o valor de R\$ 1.260,00 corresponde ao montante deduzido do Instituto. A Sra. Carmelinde complementou com informações gerais, afirmando que há cerca de R\$ 10 milhões em valores devidos pelo Instituto e aproximadamente R\$ 60 milhões a receber, resultando em um saldo líquido estimado em R\$ 53 milhões. Destacou que, no mês de maio, foi registrado o maior valor

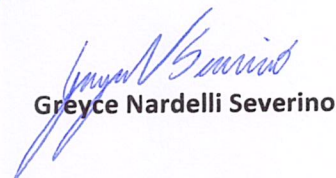
50 recebido até o momento, aproximadamente R\$ 2 milhões, referentes ao mês de março. O Sr. Romero
51 sugeriu que, diante da previsibilidade dos recursos, o Comitê poderia considerar sua utilização em
52 estratégias de investimento. Em resposta, Carmelinde mencionou a importância de manter atualizados os
53 cadastros dos processos no sistema do COMPREV. Esclareceu que todos os Regimes Próprios de
54 Previdência Social (RPPS) devem estar cadastrados até 31 de dezembro de 2025, a fim de evitar a
55 prescrição de valores, que implicaria a perda de valores retroativos superior a cinco anos. A Sra.
56 Carmelinde também explicou que, embora o COMPREV tenha sido originalmente voltado para o Regime
57 Geral de Previdência Social (RGPS), atualmente há possibilidade de inclusão de compensação entre os
58 RPPS. Quanto ao regime dos militares, ainda não há sistema de compensação em vigor. O Sr. Romero
59 questionou se o Instituto teria valores a receber ou a pagar referentes ao regime militar. A Sra. Carmelinde
60 respondeu que, até o momento, não há informações concretas sobre esse tipo de compensação,
61 considerando que não é possível afirmar se algum servidor migrou para esse regime. Esclareceu, por fim,
62 que todos os processos averbados mais recentemente estão em fase de análise pelo Tribunal de Contas,
63 sendo que o prazo de análise por parte do COMPREV passa a contar somente após a homologação. Já os
64 processos mais antigos, cadastrados em sistemas anteriores, estão sendo revisados e complementados
65 para garantir a integridade da base de dados. **4) Estudo de ALM – Atualizações e Diretrizes** – A Sra.
66 Carmelinde apresentou os ajustes relacionados ao estudo de Asset Liability Management (ALM). Informou
67 que, em relação à compra de títulos realizada em março, que inicialmente não havia sido considerada no
68 ALM de 2025, deliberou-se, durante o mês de maio, pela sua incorporação no ALM de 2055. Assim, a
69 aquisição das NTN-B 2035 que foi desconsiderada do estudo de 2025 e incluída no horizonte de 2055, no
70 montante de R\$ 2.500.000,00. Complementarmente, o valor de R\$ 496.000,00 foi registrado como
71 antecipação dos cupons recebidos no mês de maio. Adicionalmente, foi registrada nova aquisição de NTN-
72 B 2028, realizada em 13/05/2025, no valor de R\$ 2.997.000,00. Dessa operação, R\$ 333.147,00 também
73 foram considerados como antecipação de cupons, uma vez que os valores ainda não haviam sido recebidos
74 na data do registro. Com base nos dados atualizados, a Sra. Carmelinde informou que ainda há margem
75 disponível de R\$ 2.389.000,00 para novas alocações em NTN-B 2028, conforme os parâmetros
76 estabelecidos no ALM. Destacou que, por se tratar de um título com vencimento de médio prazo e taxas
77 atrativas — observadas em patamares acima de 7% ao ano (sendo 7,76% no último monitoramento) —,
78 não haveria impedimento para a aquisição adicional desse ativo. O Sr. Romero manifestou concordância
79 com a proposta, indicando disposição favorável à aquisição de mais R\$ 2 milhões em NTN-B 2028,
80 ressaltando o curto prazo até o vencimento desses papéis. A Sra. Carmelinde observou que, com essas
81 movimentações, a carteira, somada à posição em Letra Financeira, poderá ultrapassar o percentual de
82 70% em alocações vinculadas à marcação na curva, conforme previsto no ALM. No entanto, como o ALM
83 considera individualmente as classes de ativos, especialmente as NTN-Bs, a projeção permanece em
84 conformidade. Dado o encerramento do mês e os procedimentos administrativos associados ao
85 fechamento da folha de pagamento, acordou-se que a nova alocação deverá ser realizada na semana
86 seguinte, desde que as condições de mercado se mantenham. A operação será acompanhada e, se viável,
87 concluída no início da próxima semana, finalizando a execução da estratégia prevista no estudo. **5)**
88 **Movimentos e Estratégias de Investimento** – A Sra. Carmelinde informou que foi realizado o resgate
89 integral da aplicação no fundo ITAU RENDA FIXA IMAB5+ FIC FI (CNPJ 14.437.684/0001-06), no valor de R\$
90 8.246.000,00, cuja aplicação inicial havia sido de R\$ 8.000.000,00. Os recursos foram reinvestidos no fundo
91 ITAÚ REFERENCIADO INSTITUCIONAL RENDA FIXA (CNPJ 00.832.435/0001-00), mantendo-se na mesma
92 instituição devido à origem do fundo resgatado. Foi mencionado o fundo ITAÚ FIC GLOBAL DINÂMICO
93 INSTITUCIONAL (CNPJ 32.972.942/0001-28), que possuía, ao final de abril, um saldo de R\$ 4.940.000,00.
94 A Sra. Carmelinde destacou que este fundo possui taxa de administração de 0,50%, além de taxa de
95 performance de 20% sobre o que exceder o CDI. Embora a data de início da aplicação não tenha sido
96 recordada, acredita-se que o fundo não tenha rentabilidade negativa, uma vez que está atrelado ao CDI.
97 Ficou acordado que, com o fechamento do mês, será avaliada a possibilidade de resgatar esse recurso.
98 Também foi retomado o tema discutido da visita do Bradesco, mencionada na reunião com a SMI
99 Consultoria, a respeito da oferta de fundos de crédito privado. O Sr. Romero comentou que o produto
100 apresentado causou boa impressão. A Sra. Carmelinde ponderou que, embora o Bradesco tenha sido a

instituição mais recente a apresentar proposta, outras instituições também demonstraram interesse e apresentaram alternativas similares. Assim, sugeriu-se aguardar a atualização do radar de fundos, prevista para o dia 30, a fim de realizar uma análise comparativa mais abrangente. A Sra. Greyce confirmou que o Sr. Rafael Demeneghi se comprometeu a atualizar o radar e encaminhá-lo ao grupo. Reforçou-se que a análise futura poderá considerar também aspectos como diversificação institucional, dado que atualmente os investimentos estão concentrados em poucas instituições, ainda que bem avaliadas. O Sr. Joel sugeriu que, ao avaliar os fundos de crédito privado, seja solicitado o relatório detalhado da carteira aberta, de modo a possibilitar melhor análise dos ativos investidos, especialmente quanto aos *ratings* de crédito. Ficou definido que, na próxima reunião, será realizada uma nova análise com base no radar atualizado, bem como as possíveis propostas das instituições já contatadas. Foram citadas, além do Bradesco, as instituições 4UM, V8, Banrisul, Safra, Itaú, como opções a serem consideradas no processo de diversificação e alocação estratégica. **6) Pró-Gestao** – A Sra. Carmelinde informou que, no mês anterior, houve visita da equipe da Grid Investimentos, cujo objetivo não foi apresentar produtos de investimento, mas tratar de temas relacionados à parte educacional, com destaque para a ferramenta Águia e os serviços de assessoria voltados à implementação do Pró-Gestão. A proposta apresentada inclui uma assessoria para implantação do programa, além de uma etapa posterior, mais abrangente, que contempla acompanhamento contínuo com sistema próprio e realização de palestras, a um custo mais elevado, em razão da inclusão de outras assessorias especializadas. Carmelinde mencionou que, até o momento, não realizou leitura detalhada dos itens abrangidos pela proposta, mas que a equipe da Grid sugeriu também a contratação de uma certificadora com análise prévia, o que funcionaria como uma espécie de auditoria de qualidade para indicar eventuais pendências, permitindo ajustes antes da certificação oficial. O Sr. Romero destacou que o tema Pró-Gestão vem sendo discutido há algum tempo e que dificilmente terá avanços concretos sem o apoio de uma assessoria externa. Em sua avaliação, trazer uma equipe especializada pode contribuir para organizar as etapas do processo com mais agilidade e segurança, além de forçar uma priorização institucional do tema, que, muitas vezes, acaba sendo deixado em segundo plano pelas demandas diárias. Carmelinde complementou que uma das maiores dificuldades enfrentadas é a designação de pessoal interno para liderar o projeto. Segundo ela, sempre que há tentativa de avanço, surgem outras demandas urgentes e o processo acaba sendo interrompido, o que obriga a retomar do zero posteriormente. O Sr. Joel questionou se o assunto já foi tratado com a nova gestão do Executivo. O Sr. Romero respondeu que houve uma apresentação inicial e uma conversa com membros da nova administração, inclusive com o Sr. João, mas que, diante da fase inicial do governo, ainda não houve avanço ou definição de apoio efetivo. A Sra. Greyce reforçou que a limitação de pessoal é um problema que afeta não apenas o Instituto, mas diversos setores da administração municipal, o que dificulta a destinação de servidores exclusivamente para o projeto. Carmelinde informou que um dos critérios do Pró-Gestão é a elaboração de um cronograma de execução. Ressaltou ainda que a certificação exige a participação efetiva de setores como controle interno, jurídico, recursos humanos e tecnologia da informação, além da existência de uma ouvidoria institucional ativa, o que, segundo ela, pode ser atendido com a estrutura da própria Prefeitura, desde que devidamente organizada e registrada. Ao final, reforçou-se a necessidade de avaliar se o Instituto possui estrutura interna mínima para dar andamento ao projeto, bem como de realizar uma análise criteriosa da proposta apresentada e, se necessário, buscar orçamentos de outras empresas especializadas na área. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos participantes da reunião presentes. Timbó, 28/05/2025.


Carmelinde Brandt


Romero Espíndola e Silva


Joel Ricardo Raiter


Greyce Nardelli Severino